

SEMANA DOS POVOS INDÍGENAS 2024

CASA COMUM

TODAS E TODOS PARENTES



DIMENSÃO PASTORAL

A **Semana dos Povos Indígenas 2024** desdobra aspectos da Campanha da Fraternidade da CNBB (cujo tema desse ano é “Fraternidade e Amizade Social”) para a pastoral em defesa dos povos indígenas. O Cimi propõe para esta finalidade o tema: **Casa Comum - Todas e Todos Parentes**, e o lema: **Razão da nossa esperança!** (Cf 1Pd 3,15). Tema e lema são marcados pelo objetivo da fraternidade na Casa Comum e da esperança como razão da nossa presença pastoral.

A Semana dos Povos Indígenas é uma oportunidade para nos perguntar: Como podemos viver melhor o parentesco com os povos indígenas no térreo da Casa Comum, que é a natureza, e no primeiro andar dessa casa, na dimensão cosmológica?



XXV Assembleia Geral do Cimi | Foto: Hellen Loures/Cimi

Herdeiros da criação

Como a maioria das religiões, também a tradição cristã afirma que tudo o que precede e acompanha a humanidade na evolução do Universo – o Cosmo, a natureza e todos os seres vivos – foi criado por Deus. Na “Casa Comum” da criação, a humanidade se entende como herdeira e zeladora de tudo que foi criado. Pela criação e pelo cuidado da “Casa Comum”, que são dom e tarefa de todos, a humanidade compreende seu projeto de vida no âmbito de uma fraternidade universal. Criação, doação e zelo pela “Casa Comum” são constitutivas para o parentesco universal. A afirmação de que todos somos parentes nos faz membros de uma fraternidade universal e aponta para a energia conjugada das três dimensões desse parentesco que é trifásico: **humano, natural e cósmico**.

Pela origem em Deus, Cosmo, natureza e humanidade são irmãs e irmãos, são “todos parentes” que na “Casa Comum” da criação aprendem a louvar a Deus e a conviver em harmonia e paz. “Louvado sejas, meu Senhor”, cantava São Francisco de Assis. Neste gracioso cântico, recordava-nos que a nossa Casa Comum se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe em seus braços: “Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe terra, que nos sustenta e governa e produz variados frutos com flores coloridas e verduras” (LS 1).

Foto: Tiago Miotto/Cimi



Cardeal Leonardo Steiner, presidente do Cimi, faz a entrega simbólica da carta do Papa Francisco aos Guarani e Kaiowá durante a Aty Guasu em memória dos 40 anos do assassinato de Marçal de Souza Tupã, em Caarapó (MS)

Foto: Verônica Holanda/Cimi



Manifestação na capital federal durante o terceiro dia de atividades do 19º ATL, realizado em 2023

Fraternidade como projeto

O que somos pela origem e vocação ainda não realizamos em nossa vida cotidiana. A humanidade ainda não aprendeu a ser irmã da natureza e do Cosmo. Também a fraternidade sólida e universal entre os próprios seres humanos permanece sendo projeto e sonho. A humanidade ainda não realizou a razão de sua criação e de sua vocação.

Os cristãos ainda não vivem a razão de sua esperança e, com base nessa razão, o empenho radical na inclusão dos povos indígenas em sociedades fraternas, como sinal do Reino de Deus. “A violência, que está no coração humano ferido pelo

pecado”, nos diz o Papa Francisco, “vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos. Por isso, entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa Terra oprimida e devastada” (LS 2).

Em nossos parlamentos, quem defende a Terra como bem de todos, quem se opõe à poluição da água e do ar? Quem defende os povos indígenas na “Casa Comum”? Quem defende a maioria dos pobres e excluídos da nossa sociedade, contra os venenos que sustentam o lucro de poucos? Esses desconsideram a “Casa Comum” em benefício de suas “casas particulares”, gritam com vozes altas e roucas como se fossem os representantes da humanidade e não apenas os agentes de interesses particulares de um setor pequeno da sociedade.

Foto: Verônica Holanda/Cimi



Registros da mobilização indígena próximo ao STF, em 2023, para a retomada do julgamento do marco temporal

Os povos indígenas, como ocorre também com outros setores da nossa sociedade, não são suficientemente representados em nosso sistema jurídico-político, construído pelos detentores do capital e da mídia sobre as colunas da exclusão e competição, da desigualdade e acumulação.

A Semana dos Povos Indígenas chama a atenção para esse desequilíbrio jurídico, político e social que, desde a conquista desses povos, tem asfixiado suas vidas. O sistema socioeconômico e o sistema político ameaçam “legalmente” não só o Bem Viver dos povos indígenas, mas o conjunto da humanidade. Precisamos de um amplo debate para redefinir os fins da democracia, o nosso estilo de vida, o crescimento econômico e os bens necessários para o “Bem Viver” de todos.

Fraternidade além da solidariedade

A Semana dos Povos Indígenas pretende renovar a razão da nossa esperança, apontar para a presença do Reino de Deus no meio de nós e criar uma consciência de que é realmente possível mudar o sistema exclusivo do campo político, econômico e jurídico.

O Papa Francisco nos convida à esperança que “nos fala de uma realidade que está enraizada no mais fundo do ser humano, independentemente das circunstâncias concretas e dos condicionamentos históricos em que vive. [...] A esperança é ousada, sabe olhar para além das comodidades pessoais, das pequenas seguranças e compensações que reduzem o horizonte, para se abrir aos grandes ideais que tornam a vida mais bela e digna” (FT 55). A razão da nossa esperança é a possibilidade de despertar em todos os habitantes da Terra a possibilidade real de um mundo para todos.

A fraternidade configurada como parentesco universal vai além da solidariedade, que pode ser individual ou coletiva. A fraternidade é uma prática comunitária e não individual. Por conseguinte, ela é um projeto e uma práxis com os outros, e não pelos outros. Nesta Semana dos Povos Indígenas de 2024, podemos dar passos para superar o desequilíbrio sistêmico e frear a corrida para um mundo sem futuro.

Radicalizar a esperança como testemunhas da vida

Qual é a razão de esperança que podemos transmitir aos povos indígenas, em um mundo que está de olho nos seus territórios para integrá-los no latifúndio do capital? Qual é a razão de nossa esperança nesse mesmo mundo, cujo sistema jurídico está monitorado pelos interesses econômicos?

A nossa esperança não está no maior arsenal de armas, mas no amor maior de nosso Deus que deu a sua vida por nós e que nesse amor nos enviou para marcar presença e para levantar a nossa voz como testemunhas da vida. A nossa missão para com os povos indígenas é dar a razão da nossa esperança que se fundamenta em “Cristo ressuscitado” (EG 275) e no seu Reino, presente entre nós.

A defesa dos povos indígenas, hoje, é relevante para a sobrevivência de toda a humanidade. Para nos tornarmos “todas e todos parentes” na “Casa Comum”, precisamos humanizar a convivência entre tudo o que foi criado, democratizar a democracia e radicalizar a razão de nossa esperança na luta e na contemplação, na “sobriedade feliz” (LS 224s), na redistribuição dos bens, na defesa da justiça e na gratuidade.

DENÚNCIA PROFÉTICA

Situações de indignidade

Na atualidade estamos inseridos em uma sociedade, como diz Zygmunt Bauman, em uma “modernidade líquida”, onde as relações, de um modo geral, são frágeis, fugazes e maleáveis como líquidos. Tudo se resolve no jogo de interesses do grande capital que, em nome do desenvolvimento, explora, grila, destrói e mata. Inseridos neste contexto estão os “parentes”, os indígenas, que a muito custo lutam para ter e proteger seu território, manter sua cultura e garantir a dignidade de ser e permanecer neste lugar.

Contra a luta dos povos indígenas para conquistar sua autonomia e protagonismo são manejados preconceitos e falas discriminatórias dos diferentes atores sociais que, muitas vezes, utilizam seus cargos para ludibriar a sociedade em geral contra os mesmos e suas culturas, que se dinamizam para manter seu modo de ser e estar. Falas como “esse não é mais índio, porque está usando celular”, “índio vive pelado no meio do mato”, dentre outras, são expressões fortes de caráter discriminatório que quebram a relação fraterna de comunhão e solidariedade entre todos os seres humanos.

Foto: Maíara Dourado/Cimi



Pressionado por fazendeiros e empreendimentos em seu território, o povo Pataxó iniciou a autodemarcação de suas terras e sofre com ameaças, ataques e assassinatos

Foto: Ozzi Rodrigues



Cacique Sebastião Matias Apurinã (Tato júnior), no Igarapé do Conde, afluente do rio Caititu, na aldeia Boa Vista, TI Caititu, Lábrea - AM. Povos indígenas diretamente afetados

reiros e as falsas soluções às mudanças climáticas violam os direitos indígenas e os direitos da Natureza. Todas estas são situações de indignidade que afastam a sociedade envolvente da possibilidade de viver a amizade social com os "parentes indígenas".

Lideranças assassinadas, mulheres e crianças violentadas, comunidades ameaçadas, famílias sem ter o pão de cada dia porque seus rios estão contaminados com o mercúrio e agrotóxico ou secando pelo desvio dos seus cursos e suas terras invadidas pelas monoculturas, contaminadas pelo veneno que causa doenças e mata.

Outra realidade que foge de uma relação fraterna é a dos indígenas com os centros urbanos. Essa é a realidade onde o preconceito e a discriminação mais estão presentes. Um "parente" vivendo na cidade é igual a nada. Não tem direito a nada. Não é reconhecido por sua cultura. Precisa sobreviver a qualquer custo, mesmo sabendo que, em muitos casos, está sobre território tradicional e que foi a cidade que invadiu seu modo de vida. Nesta realidade, é raro se perceber a comunhão, a solidariedade e a fraternidade da sociedade envolvente para com os povos originários.

Foto: Verônica Holanda/Cimi



Na grande São Paulo, hortas cultivadas por indígenas Pankararé dividem espaço com torres de alta voltagem

Historicamente, os povos originários vivem a negação e discriminação provenientes de uma sociedade que os afasta da relação fraterna que Papa Francisco nos apresenta na Encíclica *Fratelli tutti*. Anualmente, no Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, são citados vários casos de violências que comprovam as ações e tentativas da elite financeira e agrária, inclusive por meio de seus representantes no Congresso Nacional, em deslegitimar e extinguir os direitos dos povos indígenas. Um exemplo disso é a Lei 14.701/2023, conhecida como "lei do marco temporal", mais uma investida para negar o direito dos indígenas de existir.

No Brasil, relativamente aos povos indígenas, ainda são adotadas ações genocidas e de extermínio. A invasão, a grilagem e o arrendamento das terras indígenas por parte do agronegócio, a invasão mineradora, a devastação das florestas e sua biodiversidade por madei-

Transformação comunitária e social

Em meio a tantas situações não fraternais que acometem os povos indígenas, percebemos sinais de esperança. Percebemos setores da sociedade envolvidos na luta indígena, somando forças para garantir que os direitos indígenas sejam e estejam assegurados. Percebemos pessoas que se sensibilizam e mobilizam um contingente de outros "parentes" para se somar à causa que, como diz Pedro Casaldáliga, "é uma **causa perdida** (aliás, como o Evangelho!) e é simultaneamente uma **causa** subversiva, libertadora".

A soma destes esforços coloca indígenas no nível de irmãos e irmãs com igual valor, com a mesma capacidade de existir. A reafirmação dos indígenas como sujeitos de sua história mostra que a cultura se molda, ao passo que há a necessidade de viver e garantir a sobrevivência. Que a dependência não se sustenta quando se tem as mesmas oportunidades de qualquer pessoa não indígena.

Foto: Adi Spezia/Cimi



Curso preparatório para bolsistas indígenas e quilombolas das Nações Unidas sobre o sistema de proteção universal de direitos humanos

Neste sentido, a crescente demanda de indígenas nas universidades, o exercício de funções e trabalhos onde há pouco tempo só se via não indígenas e a presença, cada vez maior, de indígenas conscientes e buscando conquistar seu espaço nesta sociedade são exemplos de que há unidade e amizade universal/social em meio à pluralidade.

Os povos como inspiração para a sociedade

É preciso promover uma mudança pessoal e coletiva no modo de se relacionar com os povos indígenas para que haja transformação comunitária e social. Diante de tantas catástrofes ambientais decorrentes das mudanças climáticas provocadas pela destruição da criação pelos seres humanos, os povos indígenas, com seu modo de ser e relacionar-se com a natureza, com o Criador e com os irmãos e irmãs, se apresentam como a solução para o futuro da humanidade.

Outro aspecto que nos serve de exemplo é a horizontalidade nas relações sociais que estabelecem entre si, com seus parentes e com a sociedade em geral. Para estes, a coletividade e a reciprocidade são valores que não podem ser negligenciados.

Embora tardante, nos termos do tema e lema da Semana dos Povos Indígenas 2024, somos convidados a construir unidade em meio a pluralidade, com humildade e com a aprendizagem frente à oportunidade que os povos indígenas nos oferecem gratuitamente.

Foto: Maíara Dourado/Cimi



Crianças da Aldeia Linha 26, da Terra Indígena Igarapé Lage

DIMENSÃO POLÍTICA

Somos todos parentes

Para os povos indígenas, a fraternidade do parentesco universal vai mais longe que a solidariedade, porque é uma ação comunitária e coletiva, não individual; é uma prática não pelos outros, mas com os outros. Só assim podemos dar passos para superar o desequilíbrio sistêmico e frear a corrida para um mundo sem futuro.

A expressão "parente" significa ser ao mesmo tempo igual e diferente. Ser igual não é questão de homogeneizar a todos, pois a homogeneização empobrece, domina e nega o diferente. Mas, entre os povos, se aceita o diferente, a diversidade, o modo complementar, enriquecedor e inclusivo. Neste sentido, podemos dizer que os povos indígenas vivenciam a Amizade Social como fraternidade aberta a todos, onde se entende o outro, se ama e cuida o outro.

Foto: Marina Oliveira/Cimi



Kuein Xetá, o mais velho dentre os sobreviventes do período que dizimou o seu povo, e Helena Kaingang, que cumpre com o papel maternal na vida de Kuein

As experiências e os saberes indígenas consideram o universo em sua totalidade. Elas inserem o ser humano em uma complexa rede de relações que envolvem os seres, naturais e sobrenaturais, integrando a vida como um todo. Essas cosmologias não se confundem e nem podem ser contidas dentro da lógica materialista e mercadológica. O sistema com o qual estamos habituados afirma a primazia total do mercado e, assim, coloca em segundo plano o bem estar das pessoas e a proteção do meio ambiente, da nossa Casa Comum.

Nossa Casa Comum não é negociável

A lógica do mercado é a que sustenta os atuais projetos e medidas governamentais. A partir dessa diretriz, tudo se converte em recursos: a natureza, o ser humano, o conhecimento, tudo pode ser capitalizado para se tornar lucrativo. A expressão mais potente dessa mentalidade mercantil é a ideia de que só existe uma ordem social desejável, um único modelo de desenvolvimento possível.

Mas a visão de mundo neoliberal não é única, embora se pretenda universal. Há uma infinidade de visões e de raciocínios diferentes, dentro das variadas culturas existentes no Brasil, na América Latina, no mundo. A maior riqueza do Brasil é justamente a diversidade dos modos de viver, pensar, produzir, sentir e se relacionar dos 305 povos indígenas existentes hoje no Brasil e de tantos outros povos e comunidades tradicionais.

São experiências tecidas no viver indígena que oferecem possibilidades verdadeiramente sustentáveis para estas e as futuras gerações. Outros modos de estar e viver no mundo, para além do sistema capitalista, são praticados por povos indígenas e comunidades tradicionais há milênios.

Um elemento constitutivo das distintas lógicas indígenas é a estreita relação estabelecida entre os seres humanos e o meio ambiente. Por isso, a terra é de posse coletiva, não é vista como propriedade privada e sim como espaço de relações sociais e espirituais lançadas sobre esta base territorial.

A natureza, por sua vez, é entendida como provedora, mas cada ser precisa aprender a respeitar os demais, para não destruir o tecido denso e delicado dessa relação entre as pessoas, os seres e também as coisas que, na cultura ocidental, são vistas como inanimadas, como rios, florestas e montanhas. Como se vê, o valor simbólico da terra, para os povos indígenas, difere do valor que ela tem numa sociedade capitalista. A terra não se restringe a um mero recurso a ser explorado em todo o seu potencial.

A força e o domínio do capitalismo, na atualidade, nos fazem suspeitar de qualquer outra experiência social, política e econômica. Na estratégia do mercado, o modelo mais avançado, viável e adequado é o que pressupõe a maximização dos lucros e é, portanto, profundamente excludente e desigual. Nele, o ser humano é subjugado e colocado na condição de sujeito produtivo ou improdutivo, desejável ou indesejável ao sistema. Nele também se subjugam o meio ambiente, convertendo todos os bens naturais em mercadoria.

Em função disso, nos últimos anos, além dos tradicionais conflitos envolvendo a posse e demarcação das terras indígenas, estabeleceram-se ainda outros, decorrentes das mega obras de

Foto: Maíara Dourado/Cimi



O Rio Komi-Memen, rio Lage, guarda em suas águas, para além de um valor material, dado que são nelas que se banham e extraem seus alimentos, uma importância espiritual para o povo Oro Wari

infraestrutura e da opção dos governos em priorizar os interesses econômicos de grandes empresas privadas. Um exemplo é a expansão dos empreendimentos do agro, minério e hidronegócio.

Essa lógica tem levado o nosso planeta – a nossa Casa Comum – aos mais sérios problemas ambientais que afetam a vida de todos, como mudanças climáticas, desmatamento, poluição e a extinção de espécies. Tudo é pautado em uma visão que tende a beneficiar o modo de vida capitalista, seguindo regras baseadas em princípios negociáveis, que não fazem justiça à Natureza.

A terra, que na cosmovisão indígena é a base das relações sociais e espaço para o Bem Viver e Conviver, torna-se recurso a ser maximizado na lógica desenvolvimentista. Assim, diversas terras indígenas passam a ser consideradas indispensáveis para a prosperidade de empreendimentos predatórios e, por isso, conflitos e violências são praticados contra as comunidades indígenas em diferentes estados brasileiros.

Tecendo relações de respeito e fraternidade

Historicamente, os povos indígenas trazem em sua própria pele as marcas da negação e da discriminação. De um lado, o Estado que os tutelava considerando-os incapazes, por outro, a sociedade que não os aceitava. Neste contexto, no ideário coletivo de luta que se instaurou a partir da década de 70, quando nascem os movimentos indígenas com vistas ao fortalecimento da autonomia, os povos indígenas elaboram estratégias de enfrentamento a inúmeras formas de exclusão e preconceito, rejeitando a condição de subalternidade e exercendo o protagonismo como instrumento de inclusão.

Assim, intensificam as reivindicações para o respeito às diferenças e a conquista de direitos, consolidados especialmente a partir dos marcos da Constituição Federal de 1988 e das conquistas assinaladas tanto pela Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) como pela Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU).

Com a vivência da Amizade Social entre si e com setores da sociedade que apoiam suas lutas e resistência, os povos indígenas adquirem força política e viabilizam o enfrentamento a toda forma de exclusão e a marginalização; enfrentam, inclusive, os poderes constituídos que deveriam zelar e efetivar os direitos, mas que por vezes promovem a negação e o extermínio dos mesmos.

No atual contexto, os povos lutam para anular a Lei 14.701/2023 promulgada em 28 de dezembro de 2023, pelo Congresso Nacional. Esta lei aplica o “marco temporal” e o “renitente esbulho” como critérios para as demarcações de terras indígenas,

legítima a paralisação das demarcações, intensifica a concessão de medidas de reintegração de posse e autoriza a exploração indiscriminada das terras por particulares.

Considerada “lei do genocídio” pelo movimento indígena, a lei 14.701 é manifestamente inconstitucional e contrária aos direitos dos povos indígenas, que, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Processo de Repercussão Geral nº 1.017.365, no dia 27 de setembro de 2023, foi claro em reafirmar o caráter originário e fundamental do direito dos povos indígenas à demarcação de suas terras e declarou inconstitucional, a tese do chamado “marco temporal”, reconhecendo os **direitos dos povos indígenas como direitos fundamentais – cláusulas pétreas**.

Os atos do Congresso Nacional não apenas afrontam a Constituição e os demais poderes da República, mas resultam numa situação de insegurança física e jurídica para todos os povos indígenas do Brasil. O resultado previsível desta cadeia de ações é a manutenção de diversas comunidades em situação de vulnerabilidade extrema e o acirramento dos conflitos no campo, com risco iminente de desalojamentos, ataques contra comunidades indígenas e, inclusive, mortes.

Os povos indígenas, suas organizações e seus apoiadores, no esforço de disseminar a fraternidade universal pela manutenção do direito originário, buscam avançar na compreensão e na convicção de que a demarcação dos territórios tem importância fundamental para garantir os projetos de vida destes povos e confirmar a configuração plural e diversa do país que somos.

As demarcações são fundamentais para se contrapor ao modelo de exploração econômico, injusto e insustentável, para aprofundar uma verdadeira e radical democracia e, finalmente, para assegurar as condições de vida para todas e todos – pois ao final, nesta compreensão somos todas e todos parentes, e precisamos tecer juntas e juntos a rede da fraternidade, solidariedade e amizade.

Foto: Tiago Miotto/Cimi



Indígenas de todas as regiões do país se manifestaram contra o então Projeto de Lei (PL) 490/2007, que deu origem à chamada “lei do marco temporal”

Organismo vinculado à CNBB



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

www.cimi.org.br



 Conselho Indigenista Missionário Cimi

 cimi_conselhoindigenista

 @CimiNacional

- CAPA: ARTE DE Verônica Holanda/Cimi. ILUSTRAÇÕES DOS ANIMAIS E DAS ÁRVORES: Freepik. DEMAIS ILUSTRAÇÕES: Verônica Holanda.
- EDIÇÃO E REVISÃO: Verônica Holanda
- TEXTO: Ivanilda Santos, Paulo Suess e Marline Dassoler
- DIAGRAMAÇÃO: Licurgo S. Botelho
- IMPRESSÃO: Gráfica Qualytá

APOIO

